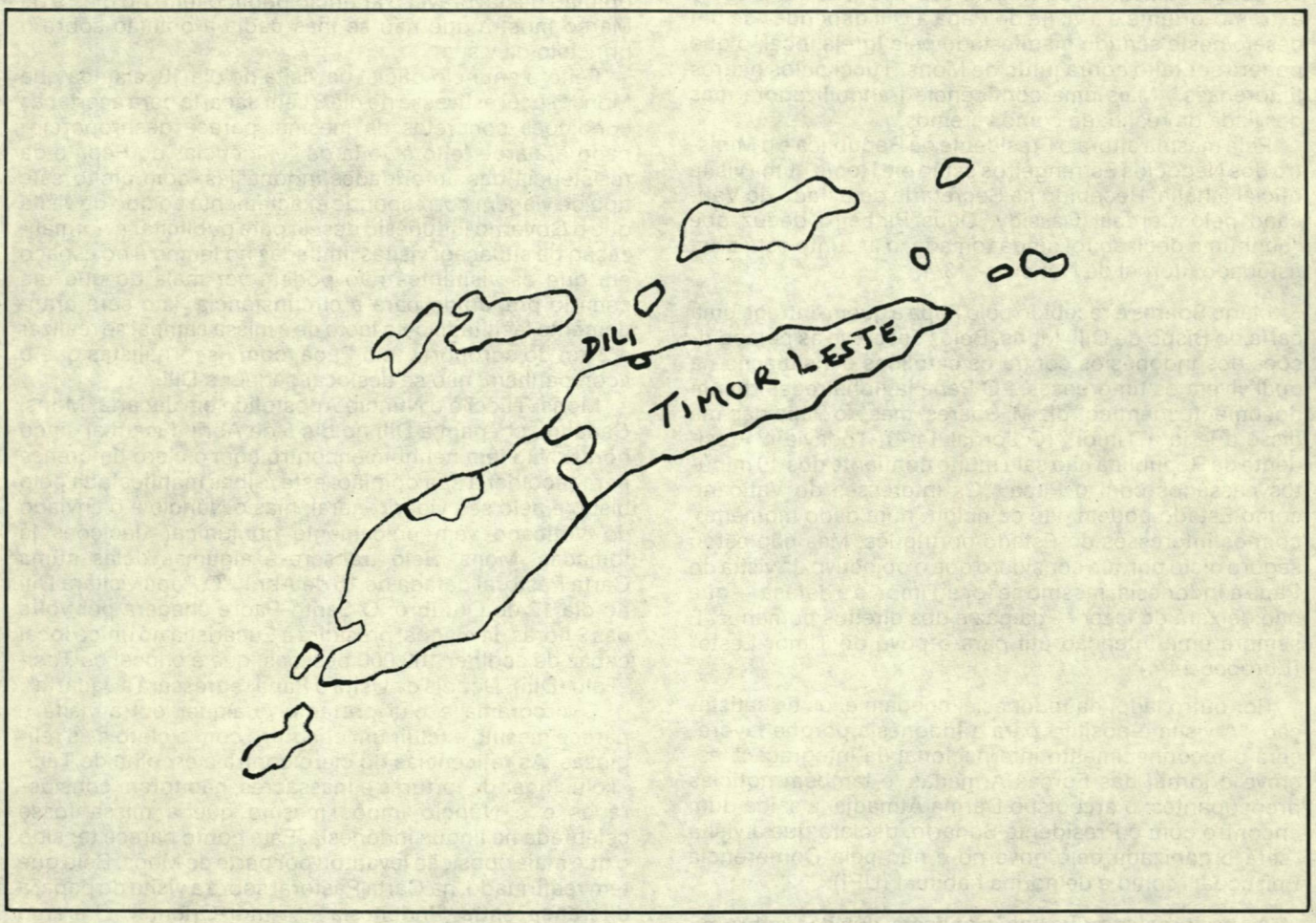
TL 941

João Paulo II em Timor-Leste: ver timorenses ou indonésios



Desde 31 de Março surgiram muitas informações, por vezes contraditórias, sobre a visita do Papa à Indonésia e a Timor-Leste. As primeiras vinham de Roma, muitas vezes sob forma de "fugas de informação" ou confidências diplomáticas. Outras têm chegado de Timor-Leste: são chaves indispensáveis para o esclarecimento e compreensão das primeiras. Torna-se ainda necessário, para melhor enquadramento, analisar as posições do Vaticano, das Igrejas da Indonésia e de Timor-Leste durante estes anos de ocupação.

Fugas de informação

30 de Março. Fontes diplomáticas em Roma dizem ao Diário de Notícias que o papa se recusa a visitar a Indonésia por causa da situação dos direitos humanos em Timor-Leste e na própria Indonésia (DN 31/3). Na tarde do dia 31, a Rádio Renascença anuncia que João Paulo II irá não só à Indonésia mas também a Timor Leste. A visita à antiga colónia portuguesa (dia 13 de Outubro) aparece incluída numa visita mais ampla à Indonésia (de 9 a 14 de Outubro).

À primeira vista trata-se de uma má notícia para os que condenam a ocupação militar indonésia: é conduzido pela mão dos ocupantes ilegítimos que o papa visitará o território de Timor-Leste. Embora custe a crer, Portugal, potência administrante reconhecida pela ONU, não foi consultado, nem mesmo informado antecipadamente. E os timorenses, terão tido oportunidade de se pronunciarem?

Nova "fuga de informação", que só pode vir do Vaticano, revela que foi o Papa quem exigiu do Governo Indonésio a inclusão de Timor-Leste no roteiro, teria mesmo feito dessa exigência a condição da visita à Indonésia. Esta atitude do Papa teria causado uma certa perturbação nos meios governamentais indonésios, e a questão só foi resolvida "in extremis" no dia 31 de Março (Expresso 1/4).

Esta segunda "fuga" influenciou decisivamente os

GRAFIS — Coop. de Artes Graficas, CRL

comentários surgidos nos dias seguintes: a exigência do Papa e a resistência indonésia são interpretadas como uma vitória da diplomacia vaticana, em que os vencidos são, evidentemente, os militares indonésios.

O semanário "O Jornal" (7/4) transmite a opinião expressa por uma fonte diplomática portuguesa junto da Santa-Sé: as fugas de informação podem ser "para o Vaticano, uma maneira de testar a sensibilidade de Portugal e da comunidade internacional" para uma viagem que "colidirá com todas as regras da diplomacia". Mas o mesmo jornal veícula outra "fuga" atribuída a uma "fonte altamente colocada no Vaticano": Mons. Tucci, responsável pela organização da viagem do Papa, encontra-se no extremo-oriente e a visita do Papa a Dili depende "de um desejo neste sentido manifestado pela Igreja local, o que poderá ser feito agora junto de Mons. Tucci pelos padres timorenses". Mais uma confidência tranquilizadora mas desviada da realidade como veremos...

Pela mesma altura o Presidente da República e o Ministro dos Negócios Estrangeiros estão em Roma numa visita oficial à Itália. Recebido na Secretaria de Estado do Vaticano pelo Cardeal Cassidy, Deus Pinheiro deduz que "nenhuma decisão foi ainda tomada, o assunto está a ser estudado (Jornal de Notícias - 13/4).

Mário Soares é recebido pelo Papa a quem entrega uma carta do Bispo de Dili: Mons. Belo "descreve as perseguições dos indonésios contra os católicos e a situação na qual vivem os timorenses... O Papa já tinha recebido um documento idêntico" diz M. Soares, mas, "o Papa não me disse que ia a Timor" (O Jornal 14/4). Todavia o Presidente da República não saiu muito confiante dos 40 minutos passados com o Papa: "Os interesses do Vaticano como Estado podem não coincidir, num dado momento, com os interesses do Estado português. Mas não estou seguro disto porque considero que o objectivo da visita do Papa à Indonésia, mesmo se for a Timor, é a defesa — que não deixará de fazer — da paz e dos direitos humanos. É sempre uma intenção útil para o povo de Timor-Leste" (Europeu 14/4).

Por outro lado, da Indonésia, chegam ecos de satisfação: "A visita é positiva para a Indonésia porque favorecerá o reconhecimento internacional da integração" escreve o jornal das Forças Armadas; e também notícias preocupantes: o arcebispo Darma Atmadja, à saída dum encontro com o Presidente Suharto, declara que a visita "será organizada pelo governo e não pela Conferência Episcopal" como é de norma habitual (UPI).

A um jornalista que lhe manifesta dúvidas sobre os resultados da visita do Papa, Abílio Araújo, Líder da Fretilin em Portugal, responde: "Não, o Papa só vai a Timor a convite do Administrador Apostólico (Mons. Belo), não vai a convite dos bispos indonésios" (Sábado 29/4).

Assim, apesar do seu carácter formal desfavorável e do reconhecimento "de facto" da integração que dele resulta, a visita é geralmente vista pelo lado positivo **que poderá ter se o Papa quiser**. Fazem-se propostas: deputados portugueses pedem ao Papa para não incluir demasiado claramente a etapa de Dili na visita à Indonésia, saindo de Timor-Leste para um território não indonésio; e um bispo do Japão pede para prolongar a estadia em Timor-Leste, visitando outro ponto do território (na zona Leste) para dar ao Papa e aos jornalistas o tempo de ver um pouco mais da realidade timorense. A confiança concedida ao Papa pela maioria dos comentadores, baseia-se na convicção de que o chefe da Igreja Católica não pode ignorar os sofrimentos do povo timorense, nem os seus legítimos direitos como povo, e que ele vai necessariamente defender a justiça e a paz. Mas será esta confiança inteiramente justificada?

Chaves vindas de Timor

Enquanto se especulava em Portugal sobre a realização da visita ela era dada como certa em Timor-Leste. O anúncio oficial foi feito Domingo de Ramos, 19 de Março, na Catedral de Dili por Mons. Belo, e nas outras igrejas do território pelos párocos. Antes dessa data já tinha sido objecto de debates entre o bispo e os padres que, reafirmando a sua estima pelo Papa, serviria o reconhecimento da integração de Timor-Leste na Indonésia. Apesar desta opinião desfavorável o anúncio público feito no dia 19 de Março mostra que não se lhes pedia a opinião sobre o princípio da visita.

Feito o anúncio oficial da visita no dia 19, e ainda que Mons. Tucci estivesse no dia 31 em Jacarta para acertar as condições concretas da mesma, parece desproporcionado o alarde feito à volta da "exigência" do Papa e da resistência das autoridades indonésias; com efeito este tipo de viagem corresponde exactamente ao tipo de visita que o Governo indonésio deseja para publicitar a normalização da situação: visitas limitadas no tempo e no espaço em que os visitantes não podem ver mais do que um cenário preparado para a circunstância. Isto será grandemente facilitado pelo facto de a missa campal se realizar a 2 km do aeroporto, e o Papa, com os jornalistas que o acompanham, não se deslocar sequer a Dili.

Mons. Tucci e o Núncio Apostólico em Jacarta, Mons. Canalini, chegam a Dili no dia 5 de Abril. Ficam aí cinco horas. Não têm nenhum encontro com o clero timorense para recolher a sua opinião, esta é-lhes manifestada pelo bispo e pelo seu vigário-geral; mas o Núncio e o enviado do Vaticano vêm unicamente comunicar decições já tomadas. Mons. Belo transcreve algumas delas numa Carta Pastoral datada de 15 de Abril: "O Papa visitará Dili no dia 12 de Outubro. O Santo-Padre chegará por volta das 9 horas da manhã, presidirá à Eucaristia no único local capaz de acolher 100.000 pessoas, que é o local de Taci-Tolu (Dili). Depois da visita o Papa regressará a Jacarta".

O programa exclui portanto qualquer outra visita e parece mesmo excluir um encontro com o clero e as religiosas. As reticências do clero contra a escolha de Taci-Tolu, lugar de torturas e massacres, não foram consideradas e o Núncio impôs mesmo que a missa fosse celebrada na língua indonésia. Este ponto parece ter sido o que mais oposição levantou por parte de Mons. Belo que tem reafirmado, na Carta Pastoral sobre a visita do papa, a diferença entre "Indonésia e Timor-Oriental". Perante essa reacção o Núncio disse aceitar "reconsiderar" este ponto particular mas, quanto aos restantes, Mons. Tucci declarou irritado: "o que são 400.000 católicos (timorenses) frente à cristandade inteira"!

Um refugiado recentemente chegado a Lisboa afirma que o Governo indonésio estaria a preparar a vinda de 50.000 indonésios, que seriam colocados entre o Papa e os timorenses; o que também significa entre os jornalistas e os timorenses.

Na Carta Pastoral já referida, Mons. Belo retrata sucessivamente e sem margem para dúvidas, a oposição dos padres, dos religiosos, e dos católicos do território à visita do Papa nestas condições, antes de concluir: "Caríssimos fiéis: Uma atitude de fé autêntica leva-nos a aceitar o Papa quer agrade ou não aos nossos gostos. (...) Como Administrador Apostólico, quer dizer representante do Papa,... é meu dever dizê-lo, mesmo que venha a doer".

Que dirá o Papa que possa contrabalançar o benefício que o regime indonésio se prepara para retirar da sua visita? Os timorenses lembram a parábola do Bom Pastor e perguntam-se, ansiosos, qual é o Evangelho dos diplomatas do vaticano?

Timor-Leste, o Vaticano e a integração

Face à anexação de Timor-Leste pela Indonésia as Igrejas de Timor e da Indonésia têm posições opostas: a primeira resiste às pressões mesmo se revestidas de aparências religiosas, enquanto a segunda confessa apoiar a integração "por motivos nacionalistas". Oficialmente o Vaticano não reconhece a integração "porque segue as leis internacionais", mas na realidade faz propostas e apoia medidas que a favorecem.

Igreja de Timor-Leste: Resistir às pressões

"Estamos conscientes de que estamos a ser 'persuadidos' à ligação com a Igreja indonésia porque é a Igreja mais próxima e a que está autorizada pelo Governo e pelo exército a estreitar relações connosco. Esperamos que esta 'persuação' se desenvolverá num sentido honesto". Foi assim que em 1981 os religiosos de Timor-Leste responderam a um convite dos superiores religiosos da Indonésia, a participar num encontro neste país. Aproveitaram a oportunidade para declarar: "Confessamos que ainda não compreendemos por que razão a Igreja indonésia e a Igreja romana não declararam oficial e abertamente a sua solidariedade com a Igreja, os religiosos e o povo de Timor-Leste" (carta ao MASRI, 31/7/81).

Meses mais tarde, Mons. da Costa Lopes, Administrador da diocese, denunciava publicamente o genocídio. Aconselhado a intervir com discrição junto das autoridades, tinha seguido o conselho durante anos, mas as vidas que conseguiu salvar não impediam que o genocídio prosseguisse. No dia 12 de Outubro, na procissão em honra de N.S. de Fátima, fez a denúncia pública deste facto perante 12.000 timorenses: "para que, se devemos morrer, o mundo saiba que morremos de pé". À ira dos militares indonésios associar-se-iam os bispos deste país para pedir a demissão de Mons. da Costa Lopes, que foi substituído pelo Vaticano em 1983.

O jovem padre escolhido para suceder-lhe foi mal acolhido na diocese, uns suspeitavam que fosse pró-indonésio, outros consideravam que não teria a firmeza suficiente para se opôr às pressões dos poderosos e afirmar publicamente os sentimentos do povo e da Igreja local.

Os factos pareceram dar razão sobretudo aos últimos: Mons. Belo denunciou várias vezes massacres ou brutalidades dos militares indonésios mas, pressionado, aceitou em Janeiro de 1985 negar a autenticidade dum documento colectivo do Conselho Presbiteral ao qual se tinha anteriormente associado.

Em 1986 encontrou o líder da Resistência, Xanana Gusmão, a quem transmitiu um pedido de rendição em troca da oferta da salvaguarda e retirada de todos os guerrilheiros. Embora, afirma um padre que o conhece bem, ele não concordasse com essa solução, não teve a firmeza suficiente para se opôr ao pedido do Vaticano.

Após a sua ordenação episcopal, em Maio/88, interrogado sobre a próxima entrada da sua diocese na Conferência Episcopal indonésia, Mons. Belo respondia habilmente sem se comprometer: "Se num futuro próximo o Vaticano e os católicos locais o quiserem integrar-nos--emos na Conferência Episcopal Indonésia como membro de direito. Mas, até hoje a diocese de Dili não pensa formar uma união com esta Conferência".

Em Novembro aceitou que a nova catedral de Dili fosse inaugurada pelo Presidente Suharto e apareceu de braço dado com a mulher do Presidente, para gozo e proveito da propaganda indonésia. Terá então tido consciência de ter atingido os limites da subserviência? Algumas semanas após essa visita Mons. Belo denunciava a onda de prisões e as torturas que a tinham acompanhado: uma prática que se tornou "normal" em Timor, e condenava "a propaganda mentirosa, segundo a qual não existe abuso dos direitos humanos".

Em Fevereiro último escreveu cartas ao Secretário--Geral da ONU, ao Presidente da República, ao representante do Papa em Jacarta e ao Bispo de Setúbal, exigindo um referendo de autodeterminação para Timor-Leste. As autoridades indonésias tentam indicar outros responsáveis por essas cartas, os quais teriam pressionado Mons. Belo a assiná-las, mas o estilo das cartas tem a marca do próprio bispo. Os padres de Timor-Leste confessaram-se surpreendidos pelo aparecimento das cartas, mas satisfeitos por ver Mons. Belo assumir oficialmente o que o documento do Conselho Presbiteral reclamava já em 1985. Receia-se hoje que Mons. Belo sofra o mesmo processo de pressões e calúnias que conduziram à demissão de Mons. da Costa Lopes.

Bispos indonésios: "por motivos nacionalistas"

Os bispos indonésios, com apoio dos sucessivos Núncios em Jacarta, tentaram controlar a Igreja de Timor--Leste. Mons. da Costa Lopes, e depois dele Mons. Belo, foram "convidados" a participar nas reuniões da Conferência Episcopal, tal convite feito pelo Núncio era na realidade uma ordem. Mons. da Costa Lopes fez questão de sublinhar que só participava como "observador". Menos frontal, Mons. Belo assinalou em cartas ao Núncio os riscos para a identidade timorense defendida pelo Vaticano e as contradições entre essa defesa e a "indonesianização" de facto.

As dificuldades postas pelo regime indonésio à entrada de missionários obrigam a solicitar pessoal religioso indonésio; a oposição dos bispos indonésios à abertura dum seminário maior em Timor-Leste obriga a mandar os seminaristas para a Indonésia; a canalização da ajuda internacional através da Igreja indonésia serve para financiar actividades que têm por fim a integração: o dinheiro que chega através da Indonésia serviu, por exemplo, para transformar a escola de catequistas da diocese porque com o dinheiro veio pessoal indonésio e catecismos em língua bahasa.

Coroando isso, o arcebispo Situmorang, presidente da Conferência Episcopal vem afirmar: "desde sempre desejamos a participação de Timor-Leste na nossa Conferência Episcopal, não só por motivos nacionalistas, mas tam-

bém por causa dos laços eclesiais que nos unem", e explicita esses laços: "Mons. Belo procura mais a ajuda das dioceses indonésias que a de Portugal ou de Macau... manda os seus seminaristas para os seminários de teologia a Flores e Java, convida professores dessas Províncias para o seminário menor...". Para os bispos indonésios, visto que Mons. Belo não tem outra possibilidade, essas medidas visam "aumentar nos timorenses de leste o sentimento de pertencer à Indonésia".

Vaticano: oficialmente - não, na prática - sim

Apesar das múltiplas pressões o Vaticano tem recusado até hoje integrar a diocese de Dili na Conferência Episcopal da Indonésia. Aceitar essa integração formal "seria reconhecer implicitamente a dimensão indonésia" da diocese de Dili, declarou o Núncio em Jacarta, Mons. Canalini. O Vaticano "não pode fazer isso, porque ele segue o que é decidido pelas leis internacionais" precisou o Núncio (Suara Pembaruan 9/88). Apesar dos desejos ou receios de que a visita do Papa provoque uma alteração deste statu-quo, o Núncio garante que a situação será mantida no futuro próximo e enquanto o problema não for resolvido internacionalmente: "Quando a solução for encontrada ao nível internacional, a Santa-Sé segui-la-á sem hesitações".

Essa disponibilidade à integração é sensível até nas recomendações do Papa sobre o respeito pelos direitos humanos e a "identidade étnica, religiosa e cultural do povo" timorense. As duas vezes que João Paulo II fez esta recomendação, já no quadro da recepção de credenciais de um novo embaixador indonésio junto do Vaticano, o que permitiu ao Sr. Frans Seda, antigo embaixador da Indonésia e actual membro da Comissão Justiça e Paz Pontifical, argumentar que ao fazê-lo o Papa reconhecia a soberania indonésia sobre Timor-Leste.

As propostas à resistência para se render e os convites à colaboração desigual com a Igreja indonésia, sabendo dos objectivos desta, não deixam dúvidas sobre as intenções da diplomacia vaticana. Ao mesmo tempo o Núncio em Lisboa recusa-se a receber os representantes dos timorenses, a Comissão da Assembleia da República, ou organizações cristãs que queiram abordar este problema.

Algumas Igrejas, conferências episcopais, diversos bispos, comissões Justiça e Paz, organizações cristãs católicas e protestantes, manifestaram-se a favor dos direitos do povo de Timor-Leste; mas os bispos indonésios e o Vaticano parecem subordinar esses direitos à defesa da Igreja na Indonésia. Neste país maioritariamente muçulmano, os católicos são numericamente uma pequena minoria (3% da população total) mas, em Java —centro de todos os poderes na Indonésia —, estão próximos do poder e, para sua própria defesa, confiam mais na força do poder do que na força do direito e da justiça.

Na sua última mensagem do Dia da Paz, João Paulo II proclamou: "Para construir a paz, respeita as minorias". Saberá o Papa, convencer os bispos indonésios e a própria diplomacia vaticana, de que os riscos duma Igreja minoritária não serão reduzidos pelo "holocausto" de outra minoria: o povo timorense? Pelo contrário, o respeito pelos direitos desse pequeno povo, distinto do grande povo indonésio, será mais importante, a prazo, pelo respeito da minoria cristã indonésia do que as boas graças dum regime militar que não poderá manter-se indefinidamente.

★

a paz é possível

em **timor-leste**

Atendimento: C.R.C. — Rua Castilho, 61-2.º D — LISBOA — Telef.: (01) 57 69 52
Correspondência: Rua de Campolide, 215-4.º D — 1000 LISBOA PORTUGAL